

Assim na terra como no mar: as relações raciais ilustradas no *Bom Crioulo* de Adolfo Caminha (1895)

On earth as it is in sea: the racial relations illustrated in the *Bom Crioulo* of Adolfo Caminha (1895)

Vinicius Barbosa Lima

Graduado em História

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

vinibarbosa371@gmail.com

Recebido em: 01/08/2019

Aprovado em: 06/11/2019

Resumo: O presente texto tem por objetivo analisar as representações do sujeito negro na última década do século XIX por meio do romance *Bom Crioulo*, do autor naturalista Adolfo Caminha. Publicada originalmente em 1895, esta obra é considerada uma das mais representativas produções literárias do naturalismo brasileiro. Caminha, um escritor republicano e abolicionista, vivenciou a efervescência do republicanismo da chamada geração de 1870. A ideia de progresso civilizacional, sustentada pelo pensamento científico e atrelada à ânsia republicana, no entanto, gera uma contradição: de que maneira será possível assegurar a liberdade e igualdade a todos os homens, e ao mesmo tempo manter a população negra em sua posição subalterna? Este dilema, exposto com veemência pelo autor da obra aqui analisada, é o objeto de nossas indagações.

Palavras-Chave: Bom Crioulo; modernidade republicana; relações raciais.

Abstract: The present text aims to analyze the representations of the black subject in the last decade of the nineteenth century through the novel *Bom Crioulo*, by the naturalist author Adolfo Caminha. Originally published in 1895, this work is considered one of the most representative productions of the Brazilian literary naturalism. Caminha, a republican writer and abolitionist, experienced the effervescence of republicanism of the so-called 1870's generation. The idea of civilizational progress, sustained by scientific thought, and linked to republican eagerness, however, generates a contradiction: in what way will it be possible to ensure freedom and equality to all men, and at the same time keep the black population in their subaltern position? This dilemma, vehemently exposed by the author of the work here analyzed, is the object of our inquiries.

Keywords: Bom Crioulo; republican modernity; racial relations.

A intelectualidade a serviço da República

O cenário representado pela ausência do negro escravizado enquanto sujeito social foi sendo pintado gradualmente, desde o surgimento da campanha abolicionista, e culminou na abolição, em 1888. Sua concretização trouxe um novo horizonte às perspectivas de um projeto

nacional. Muito embora os discursos abolicionistas já se vissem inflamados há algumas décadas, trazendo uma série de preocupações à aristocracia escravista, a efetivação desta expectativa forçou a categoria pensante do país a traçar novas projeções nacionais. Nas palavras de Tereza de Mello,

Sob a égide do cientificismo, a *intelligentsia* nacional quis valer-se da razão como guia único e seguro da reconstrução do Estado e da sociedade pátrios, deles expurgando a tradição de hierarquias fundadas sobre o privilégio e a caduca união trono-altar, para fundá-los sobre a ciência, a propulsora eficaz do progresso (MELLO, 2007, p. 95).

O pensamento científico assume a vanguarda dessas tentativas de projeção. Lília Schwarcz, n' *O Espetáculo das Raças*, buscou mapear a circulação dessas ideias científicas entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX. Em relação ao desenvolvimento de um modelo de pensamento no Brasil, Schwarcz define da seguinte forma:

No caso brasileiro, a 'ciência' que chega ao país não é tanto uma ciência do tipo experimental, ou a sociologia de Durkheim ou Weber. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação[...]. Nos institutos, nos jornais, nos romances, era como uma sociedade científica e moderna que o Brasil de finais de século pretendia se auto-representar (SCHWARCZ, 1993, p. 30).

Aí vemos o espectro dos anseios modernizantes. Conforme explica Tereza de Mello (2009), em outro texto, “Nas décadas finais do Império, o vocábulo *república* expandiu seu campo semântico incorporando as ideias de liberdade, progresso, ciência, democracia, termos que apontavam, todos, para um futuro desejado” (2009, p. 16). A este fenômeno a autora chama de “modernidade republicana”, referindo-se a uma associação simbiótica, na mente de boa parte da intelectualidade brasileira, entre o progresso civilizacional e a instalação da República.

A explicação de Schwarcz acerca da tentativa de produção da autoimagem brasileira vai ao encontro da ideia de “modernidade republicana” de Tereza de Mello (2009), e ao sintetizarmos as percepções das duas autoras, podemos afirmar que este imaginário de cunho científico, ou pretensiosamente científico, constituía parcialmente o pano de fundo da atuação de uma parcela da classe letrada brasileira, e tinha lugar importante nos sistemas de representação do conjunto social. É importante ressaltar que compreendemos a contraposição entre as noções de “Império” e “República”, percebidas dentro da analogia que àquele momento se fazia ao sinonimizar estes termos a “atraso” e “progresso”, respectivamente, como um evento com desdobramentos em diversos campos da vida social, e emergindo de variadas formas nas relações políticas institucionais, nas práticas e hábitos da população, na construção argumentativa jornalística e em diversos outros

espaços. Aqui, o desdobramento sobre o qual nos debruçamos é o surgimento, na literatura, de projeções quanto ao futuro da nação. Cremos serem plausíveis as observações levantadas por Thomas Skidmore (2012) sobre a origem eminentemente política da utilização dos discursos raciais naquele cenário, relacionada às rupturas no interior do regime monárquico, sobretudo a partir da Guerra do Paraguai e da crescente presença de grupos positivistas, como na Escola do Recife, formada em torno de Tobias Barreto, e posteriormente no grupo reunido ao redor de Benjamin Constant.

No caso específico de Adolfo Caminha – embora não fosse exclusivo nisso – havia, juntamente à agenda política, uma predisposição “civilizatória” atuante no campo do social e do cultural, perceptível em diversos de seus escritos. Essa predisposição assume traços definíveis e distinguíveis das manifestações puramente antimonarquistas, embora derivados da pauta republicana mais geral. Numa outra ocasião, ao publicar uma compilação de alguns de seus textos críticos, ressaltava Caminha:

A nova geração continua a fazer litteratura por simples dilettantismo, sem ideal definido e civilizador, reproduzindo ás mais das vezes, em estylo pobre e defeituoso, autores estrangeiros, cujos livros têm, para nós indigenas desta zona americana, o valor inestimável de fabulosas pedrarias, ainda mesmo que nada valham na verdade.

Não se estuda, não se trabalha, não se lê quasi, vive-se da producção estrangeira, no meio de uma apathia e de unia indiferença lamentáveis. (CAMINHA, 1895, p. 4).

Caminha entendia o avanço da arte literária como condição essencial ao avanço da nação, como se vê. Neste mesmo texto, mais a frente, o autor fará referência elogiosa a José de Alencar e sua obra, expressando que junto com o autor “morria o romance brasileiro”, um comentário que não passa despercebido se considerarmos ter sido escrito por um naturalista convicto. Na visão de Adolfo Caminha, o romance brasileiro voltou a ter uma literatura digna com o início da carreira de Aluísio de Azevedo, que “não teve companheiro na sua audaciosa jornada” até as publicações de Ferreira Leal, Pardal Mallet e Raul Pompeia. A frustração do autor está pautada na incapacidade do país em desenvolver um espaço cultural sólido e robusto, o que seria um sinal de atraso. Não obstante os elogios percebidos a nomes que julga proeminentes, saltam mais aos olhos as críticas e censuras lançadas pelo autor. Nesse quesito Caminha foi audacioso, tendo, inclusive, tido dificuldade em firmar sua carreira como escritor dado o seu temperamento – Olavo Bilac, Rodolfo Teófilo, Antônio Salles e Artur de Azevedo foram alguns dos escritores que sentiram a pena ferina de Caminha, sem contar as memoráveis polêmicas com Valentim Magalhães –, conforme atesta

Leonardo Mendes (2012), que também evoca o fato de que a entrada constante de livros estrangeiros no Brasil dificultava a venda de livros nacionais, sendo possivelmente um dos motivos pelos quais Caminha, que possuía escassos recursos financeiros, preocupava-se em estabelecer um mercado editorial nacional com maior espaço para as obras produzidas em terras brasileiras. De qualquer maneira, podemos reconhecer no texto do autor a ideia de que a vida literária era essencial ao progresso civilizacional; é importante que acentuemos isto uma vez que partimos do pressuposto de que o *Bom Crioulo* foi escrito no seio deste desejo civilizatório – assim como todas as obras de Caminha, e qualquer dos temas nele contidos devem ser abordados a partir desta perspectiva. A situação descrita acima pode ser ilustrada por este outro trecho do mesmo texto citado anteriormente:

A grande causa do atrazo a que me vou referindo é a vadiagem litteraria, o amor á popularidade barata, a falta de escrupulo em tudo que respeita as letras; e a prova disto é que de todos os generos o menos cultivado no Brazil é o romance, justamente porque demanda mais esforço, mais concentração, mais estudo e mais critério, emquanto por outro lado abundam poetas e folhetinistas, com especialidade na zona fluminense, poetas e folhetinistas de uma mediocridade lamentável (CAMINHA, 1895, p. 7-8).

O naturalismo literário, sintoma da expansão da sociedade burguesa (NAZÁRIO, 2017), ganhou forma a partir dos posicionamentos do “mestre” francês Émile Zola, considerado o fundador desta escola e principal referência de Adolfo Caminha. Claude Bernard na sua *Introdução ao estudo da Medicina Experimental* de 1865, lançou as bases de uma tentativa de compreensão mecanicista do corpo humano da qual Zola se apropria a fim de conceder realismo à sua obra – e que aqui é citado apenas para suscitar a comparação que o próprio Zola estabelece, não desejamos aprofundar o debate em torno da obra de Claude Bernard ou qualquer outro cientista da época. Este literato estabeleceu um método de construção narrativa inspirado no método científico que vigia à época; para o naturalista, a qualidade da obra literária se obtinha pela capacidade do escritor em descrever com detalhes o objeto de sua criação estética, sendo o equilíbrio entre a descrição crua da realidade e o cuidado estético do texto a chave para o engrandecimento da literatura. Suas concepções foram reunidas no livro *O romance experimental*, originalmente publicado em 1880, hoje visto como um tipo de “manifesto” da literatura naturalista. Zola se coloca como um escritor-cientista, assume tomar para si a obra de Bernard como referência a tal ponto que declara que aquela pode ser lida como referência a ele mesmo, bastando trocar onde se lê “médico” por “romancista”. Tendo proposto Bernard, queixando-se que em sua época a medicina era em parte ainda vista como arte, que o método de observação detalhada utilizado em “corpos brutos” pela

Química e pela Física deveria ser também aplicado aos “corpos vivos” pela Medicina e pela Fisiologia, Zola o cita elogiosamente, e deixa claro seu objetivo, fazendo paralelo ao que Bernard tentava no campo das ciências médicas: “Vou tentar provar por minha vez que, se o método experimental conduz ao conhecimento da vida física, ele deve conduzir também ao conhecimento da vida passional e intelectual” (ZOLA, 1982, p. 26).

Era esta também a perspectiva que Caminha defendia e enaltecia em todas as oportunidades que tinha, tanto quanto ao próprio Zola:

Naturalista ou épico, fisiologista ou poeta, a grande questão é que Zola commove, Zola triumpho sobre o coração humano, toda a vez que nos surpreende com um livro novo, com um novo drama passional, com uma criação nova de seu gênio maravilhoso e excepcionalmente fecundo (CAMINHA, 1991, p. 23).

Eis aí os dois pressupostos básicos das análises que se seguem: o de que a escrita caminhiana pode ser entendida como um testemunho desejoso do progresso civilizacional para a nação – embora isto de forma alguma esgote o conteúdo de sua produção –, e de outra parte, a proximidade ideológica que a ficção de Caminha possui em relação ao naturalismo de Zola, de caráter tendenciosamente cientificizante.

Havia uma contradição inerente àquele movimento, complexa e difícil de lidar, encontrada nos discursos científicos que tanto inspiravam aos republicanos, e que, no seio do imperialismo europeu de fins do XIX, tendiam a considerar a população negra como patologicamente subalterna e deficiente: como construir um projeto nacional que explicita a importância da liberdade e do tratamento humano a todas as pessoas, inclusive à população negra, ao mesmo tempo em que reforça o discurso científico – fundamentalmente racista, pilar central dos anseios de modernização? (MISKOLCI, 2013).

Nação, Raça e Ficção

É esta contradição que aqui será explorada por meio do romance *Bom Crioulo*. Publicada originalmente em 1895, esta obra contém um dos enredos mais controversos entre as produções literárias do fim do século XIX no Brasil. Um negro escravizado, de nome Amaro, foge de sua fazenda na juventude e vê a ingressar na Marinha. Passados alguns anos o marinheiro conhece o grumete Aleixo, um adolescente branco por quem se apaixona e a quem passa a proteger no ambiente por vezes hostil dos navios. Posteriormente o jovem Aleixo é seduzido por Dona Carolina, uma senhora amiga de Amaro, dona de um quarto onde o negro e o grumete viveram

juntos por um certo período. Descobrimos a “traição”, Amaro, ensandecido pelo ciúme, assassina o jovem Aleixo com um corte no pescoço. Caminha nunca figurou entre os autores canônicos mais presentes nas análises historiográficas brasileiras, mas seu nome tem sido frequentemente evocado nas últimas décadas graças a uma série de releituras do *Bom Crioulo* por parte de grupos militantes, que exaltam o protagonismo de um trabalhador braçal negro homossexual.

A relação sexual e afetiva mantida pelos protagonistas é bastante instigante, sobretudo quando se nota que Adolfo Caminha tinha as polêmicas sexuais como um ponto central no projeto de sua obra, e elas estão evidenciadas também em seus dois outros romances: em *A Normalista* verifica-se uma relação entre enteada e padrasto, e em *Tentação* um caso de adultério. Mas nesse momento, é o lugar ocupado por Amaro enquanto sujeito negro que nos interessa. Adolfo Caminha, naturalista, republicano e abolicionista. Como isto se evidencia em seu romance?

A confluência de fatores como a explosão dos mercados gráficos, o clima de agitação política, o sentimento de “aceleração do tempo” (NEVES, 2003) e a dinamização dos espaços urbanos deu origem a uma volumosa e orgânica produção literária, em que diversos temas do mundo social eram frequentemente discutidos, como nos lembra Nicolau Sevcenko (2003), as produções literárias brasileiras daquela época estiveram “ligadas à epiderme da História”. Para esta análise do *Bom Crioulo*, temos em mente a perspectiva de Antônio Cândido sobre as etapas de produção da obra literária, “a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-se segundo os padrões da sua época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio” (CÂNDIDO, 2006, p. 31). Desta forma, entendemos que a criação do personagem Amaro não é aleatória ou meramente circunstancial, mas uma escolha consciente do autor, carregada de significado, atribuído tanto pela sintonia do enredo com um cenário social concreto, quanto pelo desejo e imaginação de Caminha; aquilo que Cândido chamou de “relação entre elementos internos e elementos externos à obra”, e Sevcenko de “intersecção entre o processo social e o processo criativo”. Desta forma, analisar *Bom Crioulo* é, em alguma medida, analisar a sociedade brasileira do século XIX. Nessa perspectiva, ainda partindo de Sevcenko, não estaremos errados em inferir que o “processo social” no qual Caminha estava inserido e que o leva a “escolher certos temas” também o conduz à ação fora do mundo literário, pois o clima de transformação que perpassava a sociedade brasileira impelia, ao engajamento social, cultural e político, ou melhor dizendo, “Era em grande parte uma literatura encampada por homens de ação, com predisposição para a liderança e a gerência político-social: engenheiros, militares, médicos,

políticos, diplomatas, publicistas” (SEVCENKO, 2003, p. 237). Adolfo Caminha foi oficial da Marinha e posteriormente servidor no Tesouro Nacional, tendo mantido também a atividade jornalística paralelamente a todos os serviços que prestou, de forma que o peso das palavras de Sevcenko assenta perfeitamente na experiência desta pesquisa. Assim, é necessário compreender a relação construída entre o Adolfo Caminha ficcionista e o papel social do negro naquele cenário social.

Devemos notar que há um elemento crucial na construção dessas ideias: seu desdobramento no espaço urbano. A modernidade republicana é indissociável da vida urbana. Isto parece se dever, *a priori*, por dois fatores; num primeiro momento, pela própria dinamização do espaço urbano, principalmente tendo em vista que estes locais “guardiões” das novas teorias eram característicos das grandes cidades, bem como o eram a criação de um espaço social propício às produções escritas de diversas naturezas (BEZERRA, 2009); o segundo motivo é o fato de o Rio de Janeiro ser o centro político do Brasil naquele momento, e ter sentido mais do que outras cidades a abolição (CARVALHO, 1985). A própria escrita de obras como o *Bom Crioulo* é testemunho disso quando percebemos a descrição de cenários especificamente relativos a um ambiente social urbano repleto de negros fora da condição de escravizados.

Nos atenhamos agora ao tema escolhido para aprofundamento nesta pesquisa. Há uma produção considerável sobre o pensamento racial circulante no Brasil naquele fim de século. Sabemos que, em geral, o espaço consagrado à circulação do pensamento científico consistia nos centros de formação superior,

da *frenologia* dos museus etnográficos, à leitura fiel dos *germânicos* na Escola do Recife, passando pela análise liberal da Escola de Direito Paulista, ou pela interpretação “*católico-evolucionista*” dos institutos, para se chegar aos modelos “*eugênicos*” das faculdades de medicina [...]” (SCHWARCZ, 1993, p. 19).

A perspectiva pretensiosamente científica sobre a qual Caminha desenvolveu o *Bom Crioulo* era devedora deste “pensamento racial”, isto é, do conjunto – não necessariamente uníssono – de produções científicas brasileiras e estrangeiras que, de alguma forma, justificavam a estrutura de dominação que vigia antes dela. O que se entendia e pregava é que ter uma população saudável era uma condição para o avanço da nação. A medicina social havia dado o pontapé inicial deste processo no Brasil na primeira metade do século XIX recomendando medidas de cunho higienista para garantir a segurança das famílias elites, e neste movimento, “a enfermidade nacional que o pensamento social brasileiro mais diagnosticou foi uma que conectava a saúde individual ao bem-

estar nacional: a degeneração” (BORGES, 2005, p. 44). Conforme Dain Borges também explica, “A degeneração, ainda que jamais distante da cor no Brasil, era mais do que ela. Era uma psiquiatria do caráter, uma ciência da identidade e uma psicologia social” (2005, p. 44). As teorias racialistas encontraram no diplomata francês Arthur de Gobineau um solícito organizador e intérprete por meio de seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* de 1855, obra que denunciava um futuro sombrio para o homem, causado pela degenerescência física e mental trazida pelo cruzamento das raças superiores com as inferiores, e que daria base a diversas concepções e propostas de melhoramento da raça (SOUSA, 2013).

Nos atenhamos a um exemplo contemporâneo a Caminha: a obra *Attentados ao pudor* de Francisco José Viveiros de Castro. Como pudemos perceber, havia uma indissociabilidade entre a ideia de progresso civilizacional e o disciplinamento dos corpos. Francisco Viveiros de Castro tinha algo a dizer sobre isto ao citar a fala de uma “escriptora illustre” durante um congresso de “anthropologia criminal”, segundo a qual “as épocas de mestiçagem são as mais fecundas na criminalidade e na corrupção dos costumes, porque os mestiços, a par de uma intelligencia largamente desenvolvida, são baldos de senso moral e propensos á lubricidade”, e com a qual ele parece concordar (CASTRO, 1934, p. 7). Identificamos nessas palavras um termo central para compreender as teorias raciais: *mestiço*. “[...] a mestiçagem existente no Brasil não só era descrita como adjetivada, constituindo uma posta para explicar o atraso, ou uma possível inviabilidade da nação”. (SCHWARCZ, 1993, p. 13). Retomando a ideia do cientificismo como propulsor do avanço civilizacional, concluímos este pensamento tomando por certa a proposição de que o projeto de nação passava pela expectativa de melhoramento biológico da população brasileira, ou como muito didaticamente colocou Borges, “[...] a analogia entre a nação e um organismo e a metáfora da nação como um homem doente invadiram o pensamento de fins do século XIX”. (BORGES, 2005, p. 46). Viveiros de Castro também traz à tona a mentalidade teleológica que utiliza a ciência como instrumento de promoção da civilização, de forma que, sem ela, nenhuma sociedade pode alcançar um patamar digno: “Depois, para a sciencia na região em que ella se eleva, não ha assumpto immoral. Seu fim é a investigação da verdade e é d'essa investigação que resultam a dissipação dos erros que obscurecem a intelligencia, o aperfeiçoamento moral da espécie” (CASTRO, 1934, p. 9). Fato interessante é que Viveiros de Castro mantinha contato com Adolfo Caminha, embora não se possa especificar a extensão da relação. Sendo *Attentados ao pudor* um livro que versa sobre as “perversões sexuais”, no capítulo XVII, que trata sobre “os pederastas”, Viveiros de Castro menciona que “o prometedor romancista nacional” escritor d’*A Normalista* havia lhe

contado que estava escrevendo um livro sobre “a inversão” num caso que se passava a bordo de um navio de guerra, referindo-se ao *Bom Crioulo*. Embora a obra de Viveiros de Castro tenha como ponto central os comportamentos sexuais, verifica-se nela um discurso disciplinador semelhante àquele exposto pelo pensamento racial de que Caminha era adepto.

Neste momento, precisamos fazer algumas elucidações. Os tipos sociais de negros não-escravizados estavam se multiplicando, devido à dinamização e fluidez da própria sociedade escravista, que permitia a negros fugidos de fazendas ou alforriados se inserirem de diversas formas no meio social (CHALHOUB, 1990). Amaro, nosso protagonista, não é outra coisa que não um negro escravizado, que fugiu de sua fazenda em busca de alguma liberdade, e acabou como um praça da Armada Imperial. Há um aspecto temporal a ser considerado: se por um lado o imaginário em torno das perversões sexuais não está balizado de forma definitiva por nenhum marco específico, sendo fruto e elemento mais das relações de poder do que propriamente de fenômenos sociais bem delineados, na questão racial a abolição e a proclamação da república representam marcos cronológicos impossíveis de ignorar.

Um autoproclamado republicano e abolicionista como Adolfo Caminha, que passou a maior parte da vida sob o jugo do império e por alguns breves anos no regime republicano – considerando que Caminha faleceu em 1897 –, o que teria a dizer sobre os negros na sociedade carioca? Ou sobre os tratos para com os marinheiros embarcados? Estas perguntas seriam tanto mais fáceis de responder se Caminha materializasse um tempo histórico concomitante com o seu, fosse durante o império escravista, fosse já na vigência da república. Mas o fato de escrever o livro após a abolição e após a proclamação referindo-se a uma realidade encenada ainda no segundo reinado nos traz um questionamento: como a vivência no ambiente republicano influenciou a visão de Caminha sobre seu contexto social, marcado ainda por elementos do regime que havia sido deposto em 1889, e que ao mesmo tempo parecia nunca estar apto à efetivação do ideário republicano? Ao refletir sobre a realidade social do negro no pós-abolição, Célia de Azevedo diz:

A grande questão poderia ser traduzida assim: o que fazer com o negro após a ruptura da polaridade senhor-escravo, presente em todas as dimensões da sociedade? Sim, porque é bom lembrar, mesmo os negros que já viviam em liberdade durante a escravidão, e que no século passado chegaram a ultrapassar o número de escravos, estavam sujeitos a numerosas restrições legais ou simplesmente impregnadas nos costumes de uma sociedade dominada por uma diminuta elite branca. (AZEVEDO, 1987, p. 33).

O objetivo do trabalho desta pesquisadora era reconhecer os elementos envolvidos na construção do que chamou de “medo branco”, isto é, uma incerteza vivenciada por parte da elite aristocrática e burguesa brasileira sobre o futuro de sua rentabilidade, uma vez perdida a mão de obra negra, que era, ainda por cima, mal preparada para lidar com os regimes de trabalho que se impunham a um país ingressante numa economia capitalista, haja vista que o trabalho nas fazendas teria tornado a população negra recém liberta inábil, entre outras coisas, à divisão de trabalho, tornando assim o imigrantismo europeu uma solução “natural” a tal problema.

Sem dúvida, esta questão não diz respeito diretamente à nossa pesquisa, mas a citação acima levantada contém elementos que ajudam na compreensão de alguns aspectos do espaço representado por Caminha em seu romance, em especial na percepção das relações de poder vivenciadas a bordo da corveta e em menor grau nas vias urbanas do Rio de Janeiro. Essa citação de Azevedo constitui um significativo passo em direção ao descortino do papel de Amaro naquele mundo desigual, considerando que ele, caso fosse um personagem da vida real, não seria outra coisa que não um desses negros livres antes da abolição. É possível supor – à despeito de não acrescentar-se a tal suposição nenhum dado comprobatório – que após a abolição a quantidade de marinheiros negros tenha aumentado substancialmente. Além de Amaro, diversos outros marinheiros negros ou de pele escura são descritos na narrativa de Caminha; tal fato é significativo não no sentido de perceber seguimentos de normas sociais no espaço da Armada, mas em compreender a integração do negro – fugido ou liberto – naquele espaço, considerando que isto cria um novo tipo social – afinal, o negro atuante na Armada não era o mesmo negro que trabalhava como operário de obras, por exemplo – e institui um cotidiano que é ao mesmo tempo singular aos navios, e representativo do contexto social mais geral.

O mar e o negro

Adolfo Caminha era oficial da Marinha, e, certamente, presenciou diversas vezes cenas homólogas às que descreve em seu livro. Que proposta melhor caberia a um discípulo de Émile Zola, para quem a verdade na Arte se encontra justamente na observação metódica da realidade, com fins de descrevê-la? Os navios foram para Caminha um rico laboratório de observação e de experimentação. Quando iniciou sua trajetória na Marinha, é provável que não tivesse ainda a voracidade pelos detalhes característica dos naturalistas, de forma que o interesse por tais questões se deu não tanto pelos olhos do escritor – ao menos do escritor polêmico que viria a se tornar, não ignorando o fato de que desde a adolescência já se punha o jovem Adolfo a publicar aqui e ali

alguns textos e poemas –, antes é provável que pela curiosidade instigante que proporcionava ao jovem oficial o convívio com tais práticas nos navios. Sob este ponto de vista, o *Bom Crioulo* assume, até certo ponto, um caráter testemunhal.

A fuga de Amaro da fazenda em que trabalhava não era fenômeno dos mais incomuns, assim como não o era a entrada de negros fugidos na Armada. O historiador Álvaro do Nascimento analisou diversos casos de negros outrora escravizados que se refugiaram na Marinha, e buscou compreender as consequências disto, bem como os efeitos na vida social da cidade. O autor explica que a entrada na Marinha era uma forma eficiente de “sair de circulação”, já que, uma vez convocado para assentar praça numa embarcação, o marinheiro poderia ser enviado a qualquer parte do território marítimo nacional, e até para viagens em águas internacionais, embora houvesse sempre a chance de ser reconhecido, detido, e “devolvido” ao seu “dono”.

E havia diversas outras situações possíveis, por vezes chegando a Marinha a pagar um tipo de indenização ao proprietário para permanecer com o escravo em seus quadros, bem como requerer do dono como condição de restituição o valor pago em soldo ao escravo pelo tempo que esteve na Armada. A ação dos respectivos donos, uma vez desaparecido o “escravo”, precisaria ser rápida, uma vez que os trâmites burocráticos se complicavam consideravelmente se o cativo já estivesse alistado, haja vista que a Armada não fazia nenhum esforço em facilitar a devolução dos negros, ou como sintetizou este mesmo autor, tentando dar voz ao pensamento de um oficial, “Ora, se o senhor não ‘policia’ seus escravos e ‘permitia’ que fugissem e se apresentassem voluntariamente, o problema não era do governo.” (NASCIMENTO, 2002, p. 96).

Havia, portanto, um “chão” social bastante real na situação de Amaro. Mas como funcionava a convivência no mar? Álvaro Nascimento reconhecia, em outra ocasião, a influência do pensamento racial dentro da própria Marinha, e o faz através da figura de José Eduardo Macedo Soares, um intelectual e político que atuou no início do século XX, que foi responsável pelo primeiro levantamento estatístico sobre a composição racial na Marinha de Guerra, chegando à conclusão de que 50% das guarnições eram de negros, estes ocupavam, sempre, as maiores parcelas das camadas inferiores da hierarquia militar. Este Macedo Soares escreveu, por volta de 1911, o livro *Política versus Marinha*, que versava sobre a então recém ocorrida revolta de 1910 e era, na análise de Álvaro do Nascimento, uma tentativa intencional do autor em responder a um questionamento crucial: por que, em pleno regime republicano, se conservavam, no interior da

Armada, costumes que eram típicos da sociedade escravista? A resposta do próprio Macedo é bastante incisiva:

A oficialidade da Marinha sempre foi, ao menos, uma das partes mais escolhidas da alta sociedade do Brasil; por que ela merecerá menos crédito quando afirma a imprescindível necessidade do castigo do que indignos políticos que advogam os próprios inconscientes interesses explorando uma falsa piedade pelo negro boçal que mata e rouba? Modificai a situação das guarnições: é o dever da política que legisla e do governo e depois daí largas ao humanitarismo. Enquanto a guarnição for o esgoto da sociedade, a disciplina, a ordem e a segurança têm os seus direitos e a chibata o seu lugar. (SOARES, 1911, *apud* NASCIMENTO, 2000, p. 63).

Para além dessa simbiose entre a ideia de inferioridade dos homens de cor e a indisciplina, essas palavras nos permitem pensar essas relações raciais dentro da própria Marinha. E tais relações eram, na verdade, não tão estranhas quando comparadas ao que se viu durante a vigência da escravidão. A república pode ter trago algum ideal de igualdade e humanidade na população em geral, mas os navios permaneciam como um microcosmo de subsistência das relações escravocratas.

Estamos, portanto, autorizados, até certo ponto, a compreender as relações de poder que Caminha descreveu, sobretudo no primeiro capítulo do *Bom Crioulo*, como reflexos dessa vida social característica da escravidão que a antecedeu. E diferentemente de outros dos nossos questionamentos, podemos afirmar sem receios que Adolfo Caminha estava bastante atento a esta questão. Já nas primeiras páginas de seu romance, narra o momento em que o tenente manda vir a corneta, trazida por um praça, descrito como “a figura exótica de um marinheiro negro, d’olhos muito brancos, lábios enormemente grossos, abrindo-se num vago sorriso idiota, e em cuja fisionomia acentuavam-se linhas características de estupidez e subserviência” (CAMINHA, 1991, p. 24). Logo em seguida, mostra como um oficial encarregado da disciplina preparava a tripulação para um momento solene,

[...] cabrocha pedante, muito cheio de si e de seus galões reluzentes, ia enfileirando a marinagem por alturas, num exagero metódico de instrutor de colégio, arredando uns para colocar outros, advertindo estes porque não tinham a camisa abotoada e aqueles porque não tinham fita no boné, ameaçando est’outro de levá-lo à presença de seu tenente porque recusava-se a perfilar... (CAMINHA, 1991, p. 24).

Descrevendo o momento que antecede ao castigo de chibata aplicado em marinheiros que haviam cometido faltas, Caminha narra:

O comandante, depois de um breve discurso em que as palavras disciplina e ordem repetiam-se, fez um sinalzinho com a cabeça e logo o oficial imediato, um

louro, de bigode, começou a leitura do Código na parte relativa a castigos corporais.

A marinagem, analfabeta e rude, ouvia silenciosa, com um vago respeito no olhar, aquele repisado capítulo do livro disciplinar, em pé, à luz dura e mordente do meio dia, enquanto o oficial do quarto, gozando a sombra reparadora de um largo toldo estendido sobre sua cabeça, ia e vinha, de um bordo a outro bordo, sem se preocupar com o resto da humanidade. (CAMINHA, 1991, p. 27)

As figuras de autoridade, com seu ar pomposo, vindos das classes “superiores” da sociedade carioca; e os marinheiros de baixo escalão, sem formação e sem inteligência, quase todos homens de cor, se pudermos confiar em Macedo Soares. E isso não veio sem uma contribuição das próprias instituições coercitivas, haja vista que os negros vadios e vagabundos vistos vagando nas ruas da cidade eram frequentemente levados e forçados ao alistamento (NASCIMENTO, 2000, p. 67).

Ao descrever o comportamento animalesco do guardião Agostinho, aquele que aplicava os castigos, Caminha atribui a ele, como não poderia deixar de ser, um alto grau de sadismo:

Ele ali se achava também, no seu posto, à espera de um sinal para descarregar a chibata, implacavelmente, sobre a vítima. Sentia um prazer especial naquilo, que diabo! cada qual tem a sua mania...

Vinte e cinco... ordenou o comandante.

Tira a camisa? quis logo saber Agostinho radiante, cheio de satisfação, vergando o junco para experimentar-lhe a flexibilidade.

Não, não: com a camisa...

E solto agora dos machos, triste e resignado, Herculano sentiu sobre o dorso a força brutal do primeiro golpe, enquanto uma voz cantava, sonolenta e a arrastada: Uma!... e sucessivamente: duas!... três!... vinte e cinco! (CAMINHA, 1991, p. 27-28).

Mario Maestri faz uma análise bastante apurada sobre as viabilidades legais do castigo de chibata na Armada, lembrando que os castigos corporais haviam sido expurgados logo nos primeiros dias após a proclamação, só para serem reconduzidos ao status de legalidade seis meses depois, por um decreto de abril de 1890. Embora o texto do decreto trouxesse um limite de 25 chibatadas por dia, muitos marinheiros eram sentenciados a um suplício substancialmente maior, a exemplo do próprio Amaro, ordenado como foi em receber cento e cinquenta chibatadas; o comandante poderia controlar esses números dentro de sua vontade. Nas palavras de Maestri, “Se ele era de forte constituição e destemido, o oficial prosseguia o castigo até que gritasse derreado pela dor ou desmaiasse. O fundamental era vergar e humilhar o marinheiro castigado” (MAESTRI, 2014, p. 42). De fato, a aproximação entre esta proposição de Maestri e a descrição do suplício sofrido pelos marinheiros da corveta é assustadora, quando num primeiro momento Caminha

descreve o pensamento do Comandante: “Corja! regougou o comandante brandindo a luva. Não se compenetraram de seus deveres, não respeitam a autoridade! Hei de ensiná-los: ou aprendem ou racho-os!” (CAMINHA, 1991, p. 27) e logo depois, ao descrever o castigo de Amaro; passagem que, apesar de um pouco extensa, valerá a leitura:

A chibata não lhe fazia mossa; tinha costas de ferro para resistir como um Hércules ao pulso do guardião Agostinho. Já nem se lembrava do número das vezes que apanhara de chibata...

Uma! cantou a mesma voz. Duas!... três!...

Bom-Crioulo tinha despido a camisa de algodão, e, nu da cintura para cima, numa riquíssima exibição de músculos, os seios muito salientes, as espáduas negras reluzentes, um sulco profundo e liso dalto a baixo no dorso, nem sequer gemia, como se estivesse a receber o mais leve dos castigos.

Entretanto, já iam cinqüenta chibatadas! Ninguém lhe ouvira um gemido, nem percebera uma contorção, um gesto qualquer de dor. Viam-se unicamente naquele costão negro as marcas do junco, umas sobre as outras, entrecruzando-se como uma grande teia de aranha, roxas e latejantes, cortando a pele em todos os sentidos.

De repente, porém, Bom-Crioulo teve um estremecimento e soergueu um braço: a chibata vibrara em cheio sobre os rins, empolgando o baixo-ventre. Fora um golpe medonho, arremessado com uma força extraordinária.

Por sua vez Agostinho estremeceu, mas estremeceu de gozo ao ver, afinal, triunfar a rijeza de seu pulso.

Marinheiros e oficiais, num silêncio concentrado, alongavam o olhar, cheios de interesse, a cada golpe.

Cento e cinqüenta!

Só então houve quem visse um ponto vermelho, uma gota rubra deslizar no espinhaço negro do marinheiro e logo este ponto vermelho se transformar numa fita de sangue (CAMINHA, 1991, p. 29-30).

Não passará despercebido a uma leitura atenta o paradoxo existente neste mesmo trecho quando, apesar de fazer parte do grupo que via uma aproximação entre a degeneração da raça e o atraso civilizacional brasileiro, Adolfo Caminha faz uma descrição elogiosa do físico do negro Amaro, ao mesmo tempo em que o degreda em outros momentos; instrumento narrativo este que não é mais do que uma tentativa de enaltecimento do elemento negro na constituição da identidade nacional, questão que já foi levantada acima.

Dessa forma podemos perceber o lugar que a obra de Caminha ocupa. Adolfo era atormentado pelo fato de nunca conseguir enxergar no seu meio social a concretização de seus anseios mais “nobres”, que incluíam os ideais de liberdade e progresso. Progresso que dependeria da subjugação das raças inferiores, negando a elas a liberdade que seria necessária para o alcance daquele mesmo progresso.

Considerações finais

Seguindo uma lógica exposta por Arnold Hauser, segundo quem a “modernidade artística” inicia-se na Europa na década de 1830, Eduardo Bezerra observa que o paralelo disso no Brasil se daria apenas na década de 1870, quando começam várias das efervescências que vão, em grande parte, caracterizar a vida cultural brasileira embalada pelos emblemas do avanço e do progresso. Seguindo esta lógica, diz Bezerra, “Adolfo Caminha não seria um autor do final do século XIX, mas um autor do seu ‘início’” (BEZERRA, 2009, p. 16).

As elites intelectuais e políticas atuantes próximas ao momento da virada de século colocavam no povo da nação o grande motivo de o Brasil permanecer, em plena época de modernização na Europa, um país atrasado; o mesmo povo a quem deveriam convencer de que a república seria, sim, bastante vantajosa – ou simplesmente eliminar certas parcelas opositoras da ideia, à exemplo do que viria a acontecer em Canudos.

De um país altamente miscigenado, mestiço, na periferia do imperialismo europeu, viria então o espectro da proposta de construir a identidade nacional, assentada na própria ideia de um povo “misturado”, ao mesmo tempo em que a categoria de intelectuais precisava dar conta da resposta aos fenômenos que se viam emergir desse novo contexto paradoxalmente estável e conflituoso. E é na brecha deste paradoxo que poderemos encontrar – ao menos um dos caminhos – para compreender a obra de Caminha: entre tantas outras caracterizações e compreensões possíveis, nos parece que o *Bom Crioulo* faz parte deste conjunto de representações que apresenta um mundo ao mesmo tempo estável – ou, no caso do Brasil, em processo de estabilização, entenda-se, de firme consolidação da República – e as rupturas e dissidências que nela emergiam.

Dissidências estas que não seriam possíveis em nenhum outro contexto histórico. Considerando o posicionamento de forças, instituições, sujeitos e práticas necessárias para que um cenário determinado se componha: não seria possível falar em discurso disciplinador das ciências médicas com ampla atuação no meio social, antes da formação da medicina enquanto disciplina ou campo de saber consolidado; ou da ideia de degeneração da civilização pela miscigenação antes do surgimento dos estudos de raça. Da mesma forma, seria impossível que Adolfo Caminha representasse castigos de chibata ocorridos dentro dos navios se a república não os tivesse reinstituído, ou que se propusesse a expor os escandalosos casos de pederastia na Armada sob o julgo das teorias patologizantes antes que emergissem os estudos psiquiátricos a que ele mesmo faz referência.

Ao passo em que o mundo europeu iniciava sua virada modernizante na arte no início do século XIX, o Brasil o fazia próximo de seu fim, mas não houve modernização que desse jeito aos mesmos entraves que há décadas se discutia; o negro continuava empantando o progresso e seguiam os distúrbios na mente dos homens e das mulheres que pervertiam a sociedade. A literatura naturalista constituiu um dos principais espaços de tentativa de projeção de um futuro possível; no caso do *Bom Crioulo*, um futuro em que eram indesejáveis os castigos corporais, mas tampouco eram desejáveis os traços negróides na cultura brasileira, futuro no qual se intencionava uma sociedade livre das perversões de todas as formas, havendo, no entanto, um país incompetente em combatê-las adequadamente.

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BEZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. **Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897).** Editora UNESP, 2009.

BORGES, Dain. “Inchado, feio, preguiçoso e inerte”: a degeneração no pensamento social brasileiro, 1880-1940. **Teoria & Pesquisa**, Brasília, n. 47, p.44-70, dez. 2005.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade.** 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 5. p. 117-138, abr. 1985.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MAESTRI, Mario. **Cisnes Negros: 1910: a revolta dos marinheiros contra a chibata.** Porto Alegre: Editora Fcm, 2014.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p.15-31, jun. 2009

_____. **A República Consentida: Cultura democrática e científica do final do Império.** Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2007.

MENDES, Leonardo. O crítico Adolfo Caminha e as batalhas pelo reconhecimento literário. **Revista FronteiraZ**, São Paulo, n. 8, julho de 2012.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da Nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX.** São Paulo, Annablume, 2013.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Do cativeiro ao mar: escravos na Marinha de Guerra.** **Estudos Afro-asiáticos**, [s.l.], n. 38, p.85-112, dez. 2000.

_____. **Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910.** 2002. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002

NAZÁRIO, Luiz. Quadro histórico do período naturalista. In: GUINSBURG, Jacob; FARIA, Roberto. **O Naturalismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

NEVES, Margarida de Souza.. Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: Lucília Almeida Neves; Jorge Luís Ferreira. (Org.). **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 13-44

SCHWARCZ, Lília. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p.21-34, jun. 2013.

Fontes:

CAMINHA, Adolfo. **Cartas litterárias**. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1895.

CAMINHA, Adolfo. **Bom Crioulo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1991.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Attentados ao Pudor**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1934.

ZOLA, Émile. **O Romance Experimental**. São Paulo: Perspectiva, 1982.